



[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) / [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt)

**FEVEREIRO DE 2018**

1

## NEWSLETTER

# Observatório das Migrações

### Introdução # 25

Neste mês de fevereiro de 2018, mês em que se assinala o Dia dos Namorados e o Dia Mundial do Casamento, o Observatório das Migrações dedica o seu trabalho ao tema da **imigração e nupcialidade**. Nesta *newsletter* temática destaca-se brevemente vários olhares académicos e político-jurídicos em torno da relação das migrações internacionais com as estruturas e dinâmicas familiares e conjugais, considerando conceptualmente algumas das categorias e conceitos que têm surgido deste âmbito: *casamentos transnacionais*; *casamentos biculturais ou mistos*; migração relacionada com o casamento ou por reagrupamento familiar; *casamentos por conveniência* ou *casamentos brancos*.

Como é hábito nas *newsletters* OM, destacam-se ainda algumas das mais recentes novidades editoriais e bibliográficas na vertente das migrações e elencam-se algumas oportunidades para investigadores destas áreas de estudo que o OM teve conhecimento.

Continue a partilhar connosco as suas novidades académicas através do email [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt) e acompanhe-nos no sítio [www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) e na página do Facebook <https://www.facebook.com/observatoriodasmigracoes>



[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) / [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt)

## 1. Imigração e nupcialidade: conceitos e estudos

2

A academia, a par do debate em torno dos fluxos migratórios, tem-se igualmente debruçado sobre o impacto das migrações internacionais nas estruturas e dinâmicas familiares e conjugais.

A noção de *nupcialidade* remete para a capacidade para casar, induzindo em termos demográficos para o número de casamentos realizados num país em determinado período de tempo. A relação entre a nupcialidade e a imigração tem sido estabelecida pela academia e nos enquadramentos legais por vários prismas: seja por o casamento poder conduzir a fluxos migratórios entre países, nomeadamente por as relações de nupcialidade estarem salvaguardadas aos imigrantes nos seus direitos a viverem em família no enquadramento legal do reagrupamento familiar; ou seja por se verificarem casamentos celebrados em países de acolhimento entre cônjuges estrangeiros residentes, e entre estrangeiros e nacionais do país (denominados *casamentos mistos ou biculturais*, ou em *exogamia cultural*). Neste sentido, poder-se-ia, de uma perspetiva académica, interrogar a própria designação utilizada e concluir que só se falará em casamento “misto” em contextos onde as categorias nas quais foram classificados os cônjuges são culturalmente diversas ([Little, 1942](#)).

A lei da nacionalidade da maioria dos Estados ressalva ainda a possibilidade, no caso de casamentos biculturais ou mistos, de ser transferida a nacionalidade de um cônjuge para outro cônjuge, por via da declaração de vontade e mediante um conjunto de requisitos (nomeadamente em função da duração do casamento). Desde a década de 1990 que se verificou o aumento de requisitos na aquisição de nacionalidade por declaração de vontade, nomeadamente prevendo mais anos de duração do casamento para ser dado acesso à nacionalidade aos esposos estrangeiros. Subjacente a estas opções político-legais tem estado, segundo alguns autores ([Bauböck et al., 2006](#)), a intenção de reduzir a incidência de *casamentos de conveniência*. Alguns autores realçam também, porém, a relação positiva entre a aquisição de nacionalidade por imigrantes que são casados ou se casaram na sociedade de acolhimento. Num estudo comparado para países europeus, entre os quais Portugal, [Bauböck et al. \(2013\)](#) concluíram que os imigrantes casados ou que se casaram já num país europeu têm maior probabilidade de solicitarem e adquirirem a nacionalidade que os restantes imigrantes não casados, aumentando ainda mais essa prevalência no caso de terem filhos ([Oliveira, Gomes e Santos, 2017](#)).

Alguns estudos e enquadramentos legais mais recentes atendem, noutra perspetiva, a medidas legislativas e práticas adotadas no pressuposto de poderem existir situações de utilização indevida do casamento por estrangeiros como forma de migrarem legalmente para alguns países ou adquirir outras nacionalidades – focando-se nos denominados *casamentos por conveniência* ou *casamentos brancos* ([Dias e Bento, 2012](#)). Por outro lado, o tema dos *casamentos forçados ou precoces* (sem o livre e válido consentimento de um dos parceiros ou antes dos 18 anos de idade), embora não diretamente relacionado com o fenómeno da imigração, tem surgido também na literatura deste âmbito.

Segundo K. [Charsley](#) (2012) é, assim, importante distinguir expressões como *casamentos transnacionais* de “migração relacionada com o casamento” ou de *casamentos biculturais*. Os “casamentos transnacionais” são aqueles que se realizam no âmbito de redes transnacionais previamente estabelecidas, e cuja dinâmica é vivida fora dos limites de um Estado-nação. Este tipo de casais pode incluir ou não casamentos



[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) / [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt)

3

binacionais ou entre cônjuges com a mesma origem nacional. “A migração relacionada com o casamento” inclui várias situações de formação do casal, nomeadamente aquelas em que o motivo da migração é o casamento (migração por casamento) ou aquelas situações que envolvem a reunificação familiar dos cônjuges (reunificação familiar). Por fim, os “casamentos binacionais” podem realizar-se entre cônjuges de diferentes origens nacionais, e cuja formação do casal se desenvolveu dentro do mesmo país de residência como entre países distintos. Estes casamentos binacionais tendem, em geral, a desenvolver-se dentro de um contexto transnacional dado implicarem o estabelecimento de redes sociais entre dois ou mais países.

Deste modo, sendo o tema da imigração e nupcialidade tratado na literatura internacional (Merton, 1941; Alba e Golden, 1986; Kalmijn, 1991 e 1998; Rodriguez-Garcia, 2006; Safi, 2008; Schoen e Thomas, 1989) e nacional (Grassi, 2006; Mata, 2007; Lind, 2012; Ramos e Ferreira, 2012; Gaspar, 2012), ele tem sido conceptualizado de forma distinta em função, nomeadamente, das perspetivas e dimensões explicativas que relaciona: amor, intimidade, conjugalidade, estruturas familiares, dinâmicas familiares e do género, conveniência, migração por casamento, etc...

Embora para todos estes olhares e perspetivas do mesmo tema da *imigração e nupcialidade* não se verifique uniforme desenvolvimento de estudos pela academia, persistindo alguma escassez de estudos aprofundados sobre o tema, há alguma bibliografia relevante acerca dos determinantes dos casamentos biculturais ou mistos. Para além das preferências pessoais e emocionais que condicionam a escolha de um cônjuge, destacam-se fundamentalmente quatro modelos explicativos da exogamia: a ‘teoria da troca social’, a ‘teoria da assimilação’, a ‘teoria da assimilação segmentada’ e a ‘teoria da estratificação social’ (Gaspar et al, 2014). Não obstante os diferentes quadros teórico-analíticos, tem sido defendido por alguns autores que os casamentos mistos são um indicador de integração social e de aceitação cultural da diferença (Kalmijn, 1998; [Raposo e Togni, 2009](#)). Outros autores têm destacado que casais mistos ou biculturais tendem a enfrentar mais dificuldades associadas à maior complexidade e diferenças encontradas entre cônjuges nos seus valores, perceções, padrões internacionais e formas de comunicação, representando por isso uma população de maior risco de divórcio (Lind, 2012; [Gaspar, Ferreira e Ramos, 2017](#)).

Se o casamento com um parceiro de nacionalidade do país de acolhimento pode ser um indicador de integração do imigrante, o divórcio de casais em contexto de imigração não reflete necessariamente o fracasso dessa integração ([Raposo e Togni, 2009](#)), podendo em bom rigor significar, pelo contrário, a plena integração numa sociedade que proporciona as condições materiais, emocionais e mesmo legais para a rutura dessa união ([Gaspar, Ferreira e Ramos, 2017](#)).



[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) / [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt)

## 2. Enquadramento legal português para casamento, divórcio e reagrupamento familiar

As Nações Unidas salvaguardam na *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (no artigo 16, parágrafo 3º) que ‘a família é um grupo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado’.

Nos **casamentos celebrados** em Portugal entre cidadãos estrangeiros ou entre um cidadão português e cidadão estrangeiro aplicam-se as mesmas regras que nos casamentos entre dois portugueses, devendo os noivos estrangeiros ou nacionais fazer prova de que têm capacidade para contrair casamento através de certificado de capacidade matrimonial. O conceito de casal implícito no contexto legal português e, por inerência, nas leis que enquadram os imigrantes em Portugal, responde aos processos de configuração da nupcialidade contemporâneos, atendendo por isso a situações de casamentos civis e religiosos, uniões de facto, famílias homossexuais, famílias recompostas e divórcios.

No processo de migração relacionada com o casamento, o imigrante tem direito através do **reagrupamento familiar** a viver com o seu (a sua) cônjuge, aplicando-se neste caso tanto à vinda para Portugal de cônjuge também estrangeiro(a), como à permanência do(a) imigrante junto do seu (da sua) cônjuge nacional. Tal como está previsto no artigo 98º da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, o reagrupamento familiar pode ser requerido para familiares residentes no estrangeiro ou que já se encontram (legalmente) em território português, enquadrando tanto situações de casamento como união de facto ([Oliveira, Cancela e Fonseca, 2013](#)). Complementarmente a Lei nº 37/2006, de 9 de Agosto regula o exercício do direito de livre circulação e residência dos cidadãos da União Europeia e dos membros das suas famílias no território nacional e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2004/38/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, sendo este enquadramento ao reagrupamento familiar de cidadãos europeus (incluindo portugueses) mais favorável que o estabelecido no enquadramento para cidadãos de países terceiros à União Europeia.

Embora as políticas de reagrupamento familiar devam ser compreendidas no contexto mais amplo dos fluxos migratórios e das políticas migratórias, 2007 marca em Portugal uma ‘nova era de valorização da família como instituição essencial na integração dos imigrantes’ começando pela transposição da Diretiva Europeia 2003/86/CE e passando pelo alargamento do conceito de família para a Lei n.º 23/2007 com sucessivas revisões ([Oliveira, Cancela e Fonseca, 2013](#); [Marques, Góis e Castro, 2014](#)). Neste âmbito vários estudos internacionais têm elogiado a abordagem portuguesa no que toca à política de reagrupamento familiar: de acordo com o [MIPEX](#) (*Migrant Integration Policy Index*), da comparação de 31 países, resulta que Portugal ocupa uma posição cimeira desde 2007 neste domínio nomeadamente por não estabelecer quaisquer requisitos temporais para o pedido de reagrupamento, permitir aos estrangeiros que tenham entrado legalmente no território obterem uma autorização de residência por via de reagrupamento familiar com membros da família já residentes no país, e por (ao contrário de outros países europeus) não exigir em qualquer momento do processo – nem ao requerente nem aos seus familiares – a avaliação da sua integração ou do seu desempenho linguístico.



[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) / [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt)

A importância do reagrupamento familiar para a integração de imigrantes assume um carácter consensual não apenas entre imigrantes, como também entre a opinião pública portuguesa: dados de um estudo qualitativo do Eurobarómetro revelam que os portugueses associam ao reagrupamento sobretudo aspetos positivos, como a criação de um “ambiente acolhedor, seguro e feliz” ([Eurobarómetro, 2011: 60](#)).

A **lei da nacionalidade portuguesa** ressalva ainda a possibilidade, no caso de casamentos biculturais ou mistos, de ser transferida a nacionalidade de um cônjuge para outro cônjuge, por via da declaração de vontade e mediante um conjunto de requisitos (nomeadamente ao fim de mais de 3 anos do casamento ou união de facto) ([Oliveira, Gomes e Santos, 2017](#)). O enquadramento legal português quanto à aquisição da nacionalidade por via do casamento ou união de facto foi revisto profundamente a partir de 1994. As revisões introduzidas com o Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de outubro, passaram por limitar mais o acesso à nacionalidade por via do casamento, em resultado de antes terem sido identificados inúmeros casos de falsos casamentos (Oliveira e Inácio, 1999), deixando de se atribuir a nacionalidade portuguesa por declaração de vontade no dia do casamento para requerer três anos de casamento e provas de ligação à comunidade portuguesa antes de ser solicitada a nacionalidade. [Baganha e Sousa \(2006\)](#) alertaram, porém, para os efeitos negativos do requisito associado às provas de ligação à comunidade portuguesa no caso de requerente de nacionalidade portuguesa casado(a) com um(a) nacional. Verificava-se alguma discricionariedade das autoridades durante a década de 1990 na apreciação desses casos, sendo que a recusa da nacionalidade aos cidadãos nas bases desse requisito implicava pôr em causa o direito da unidade familiar, e de uma família ser constituída por membros de um mesmo Estado. No regime de cidadania em vigor (Artigo 3º da Lei Orgânica nº 2/2006 de 17 de Abril) um(a) estrangeiro(a) casado ou em união de facto, heterossexual ou homossexual, há mais de três anos com um(a) nacional português pode adquirir a nacionalidade portuguesa por declaração de vontade, em resultado de atestar ter três (ou mais) anos de casamento ou união de facto (*transferência de nacionalidade* do cônjuge ou parceiro) (aprofundar em [Oliveira, Gomes e Santos, 2017](#)).

A lei portuguesa salvaguarda (Art. 186 da Lei nº23/2007, de 4 de julho), porém, que *quem contrair casamento com o único objetivo de proporcionar a obtenção ou obter um visto ou uma autorização de residência ou defraudar a legislação vigente em matéria de aquisição da nacionalidade* – **casamento ou união de conveniência** – assume uma prática ilegal passível de criminalização punida com pena de prisão de um a cinco anos.

A lei portuguesa salvaguarda ainda a situação de **divórcio** (Lei nº 61/2008 de 31 de outubro): de um modo geral, os cidadãos de nacionalidade estrangeira, residentes em Portugal, podem requerer em qualquer conservatória do registo civil a sua separação de pessoas e bens por mútuo consentimento ou o divórcio por mútuo consentimento. A lei contempla três situações distintas: a) nos casos em que ambos os cônjuges tenham a mesma nacionalidade deve-se aplicar a respetiva lei nacional comum. b) Em casais de países diferentes é possível escolher a legislação de um ou outro país a aplicar no divórcio. c) Em caso de desacordo, pode-se aplicar a lei do país onde o casal tem a sua residência habitual ou onde os cônjuges tiveram a sua última morada em comum e, se nada funcionar, será aplicada a lei do país onde o divórcio foi requerido ([Gaspar, Ferreira e Ramos, 2017](#)).



[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) / [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt)

Quando o cônjuge estrangeiro adquiriu o seu direito de residência em Portugal por via do reagrupamento familiar, em caso de divórcio, pode ser concedida uma autorização de residência autónoma do cônjuge titular. Pode, no entanto, ser cancelada a concessão da autorização de residência do ex-cônjuge estrangeiro se existirem suspeitas de *casamento por conveniência* (Artigo 108º e artigo 186º da Lei 23/2007 de 4 de Julho). Nestes casos, a autorização de residência emitida ao abrigo do reagrupamento familiar para o cônjuge estrangeiro pode ser anulada em Portugal se se provar que o casamento ou a união de facto tiveram em vista a obtenção da residência no país ([Dias e Bento, 2012](#); [Gaspar, Ferreira e Ramos, 2017](#)).



[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) / [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt)

### 3. Referências bibliográficas sobre nupcialidade e imigração

A bibliografia que se segue, sem pretensão de exaustividade, ilustra bem como os temas associados à imigração e nupcialidade têm sido analisados. Se conhecer outras referências relevantes, por favor não deixe de partilhá-las connosco através do email [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt).

#### Artigos, capítulos de livros, comunicações e *working papers*

- [ADSERÀ, A., e FERRER, A. \(2014\) "Immigrants and demography: Marriage, divorce, and fertility", in CHISWICK, B., e MILLER, P. W. \(eds.\) \*Handbook of the Economics of International Migration\*, Volume 1A, Amsterdão: Elsevier, pp. 315-358.](#)
- [ALBA, R. D., e GOLDEN, R. M. \(1986\), "Patterns of ethnic marriage in the United States", \*Social Forces\*, 65\(1\), pp. 202-223.](#)
- [CHARSLEY, K., et al. \(2012\), "Marriage-Related Migration to the UK", \*International Migration Review\*, 46\(4\), pp. 861-890.](#)
- [CHISWICK, B. R., e HOUSEWORTH, C. \(2011\), "Ethnic intermarriage among immigrants: Human capital and assortative mating", \*Review of Economics of the Household\*, 9\(2\), pp. 149-180.](#)
- [CORREIA, H. R. \(2003\), "Higher male educational hypergamy: Evidence from Portugal", \*Journal of Biosocial Science\*, 35\(2\), pp. 303-313.](#)
- [FERREIRA, A. C. e RAMOS, M. \(2008\), "Padrões de casamentos entre imigrantes em Portugal", \*Revista de Estudos Demográficos\*, 43, pp. 79-107.](#)
- [FERREIRA, A. C., e RAMOS, M. \(2011, abril, 6-9\), \*Immigrants in Portugal: integration thru marriage?\* Comunicação apresentada à conferência interdisciplinar sobre migração organizada conjuntamente pelo NORFACE Research Programme on Migration e pelo Centre for Research and Analysis of Migration \(CReAM\) e que teve lugar no University College de Londres.](#)
- [FERREIRA, A. C., e RAMOS, M. \(2012\), "Marriage patterns of Brazilian immigrants living in Portugal", \*Revista Brasileira de Estudos de População\*, 29\(2\), pp. 361-387.](#)
- [FERREIRA, A. C., RAMOS, M., e GASPAR, S. \(2016\), "Marriage and Migration in Portugal: Exploring Trends and Patterns of Divorce in Exogamous Couples", in GRASSI, M. e FERREIRA, T. \(eds.\), \*Mobility and Family in Transnational Space\*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, pp. 81-99.](#)
- [FERREIRA, A., e RAMOS, M. \(2011\), "Casamentos mistos em Portugal: evolução e padrões", \*Sociologia on line\*, 2, pp. 61-99.](#)
- [FERREIRA, A., e RAMOS, M. \(2012\), "Padrões de casamento dos imigrantes brasileiros residentes em Portugal", \*Revista Brasileira de Estudos de população\*, 29\(2\), pp. 361-387.](#)
- [FERREIRA, T. \(2016\), "Day to Day Life of Transnational Couples", in GRASSI, M. e FERREIRA, T. \(eds.\), \*Mobility and Family in Transnational Space\*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, pp. 55-77.](#)
- [GASPAR S. \(2009\), \*Mixed Marriages between European Free Movers\*. CIES e-Working Paper No 65/2009.](#)
- [GASPAR, S. \(2008\), \*Towards a definition of European intra-marriage as a new social phenomenon\*. CIES e-Working Paper No 46/2008.](#)
- [GASPAR, S. \(2010\), "Family and social dynamics among European mixed couples", \*Portuguese Journal of Social Science\*, 9\(2\), pp. 109-125.](#)





[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) / [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt)

- [GASPAR, S. \(2012\), "Patterns of bi-national couples across five EU countries", \*Sociologia, Problemas e Práticas\*, 70, pp. 71-89.](#)
- [GASPAR, S., e KLINKE, M. \(2009\), \*Household division of labour among European mixed partnerships\*. CIES e-Working Paper No 78/2009.](#)
- [GASPAR, S., FERREIRA, A. C., e RAMOS, M. \(2014, abril, 14-16\), \*Evolução e padrões de casamentos intraeuropeus em Portugal \(1997-2011\)\*, Comunicação apresentada ao VIII Congresso Português de Sociologia, organizado pela APS e pela Universidade de Évora e que teve lugar nesta última.](#)
- [GASPAR, S., RAMOS, M., e FERREIRA, A. C. \(2013\), "Análise comparativa dos divórcios em casais nacionais e binacionais em Portugal: 2001-2010", \*Sociologia\*, 26, pp. 81-111.](#)
- [GRASSI, M. \(2005\), \*Casar com o passaporte no espaço Schengen: uma introdução ao caso de Portugal\*. ICS Working Papers, WP4-05.](#)
- [GRASSI, M. \(2006\), "Formas migratórias. Casar com o passaporte no espaço Schengen: uma introdução ao caso de Portugal", \*Etnográfica\*, 10 \(2\), pp. 283-306.](#)
- [GRASSI, M. \(2016\). "Transnationalism and Conjuality: The Angola/Portugal Case", in GRASSI, M. e FERREIRA, T. \(eds.\), \*Mobility and Family in Transnational Space\*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, pp.7-30.](#)
- [LITTLE, G. \(1942\), "Analytic Reflections on Mixed Marriages", \*The Psychoanalytic Review\*, 29, p. 20-25.](#)
- [KALMIJN, M. \(1991\), "Shifting Boundaries: Trends in Religious and Educational Homogamy", \*American Sociological Review\*, 56\(6\), pp. 786-800.](#)
- [KALMIJN, M. \(1998\), "Intermarriage and homogamy: Causes, patterns, trends", \*Annual Review of Sociology\*, 24\(1\), pp. 395-421.](#)
- [MATA, M. E. \(2007\), "Interracial Marriage in the Last Portuguese Colonial Empire", e-journal of \*Portuguese History\*, 1\(1\), pp. 1-23.](#)
- [MCPHERSON, M., SMITH-LOVIN, L., e COOK, J. M. \(2001\), "Birds of a feather: Homophily in social networks", \*Annual Review of Sociology\*, 27\(1\), pp. 415-444.](#)
- [MERTON, R. K. \(1941\), "Intermarriage and the social structure: Fact and theory", \*Psychiatry\*, 4\(3\), pp. 361-374.](#)
- [O'LEARY, R. e FINNÄS, F. \(2002\), "Education, social integration and minority-majority group intermarriage", \*Sociology\*, 36 \(2\), pp. 235-254.](#)
- [OLIVEIRA, C. R. \(COORD.\), e GOMES, N. \(2014\), "Nupcialidade e Núcleos Familiares", in \*Monitorizar a Integração de Imigrantes em Portugal. Relatório Estatístico Decenal\*, Coleção Imigração em Números do Observatório das Migrações. Lisboa: ACM, pp. 58-62.](#)
- [OLIVEIRA, C. R. \(COORD.\), e GOMES, N. \(2016\), "Nupcialidade", in \*Indicadores de Integração de Imigrantes. Relatório Estatístico Anual 2016\*, Coleção Imigração em Números do Observatório das Migrações, Lisboa: ACM, pp. 44-45.](#)
- [OLIVEIRA, C. R. \(COORD.\), e GOMES, N. \(2017\), "Nupcialidade", in \*Indicadores de Integração de Imigrantes. Relatório Estatístico Anual 2017\*, Coleção Imigração em Números do Observatório das Migrações, Lisboa: ACM, pp. 71-73.](#)
- [OLIVEIRA, C. R. \(COORD.\), GOMES, N. e SANTOS, T. \(2017\), "Declaração de vontade por casamento ou união de facto", in \*Acesso à nacionalidade portuguesa: 10 anos da Lei em Números\*, Coleção Imigração em Números do Observatório das Migrações, Lisboa: ACM, pp. 94-102.](#)
- [QIAN, Z., e LICHTER, D. T. \(2001\), "Measuring marital assimilation: Intermarriage among natives and immigrants", \*Social Science Research\*, 30\(2\), pp. 289-312.](#)





[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) / [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt)

- [RAMOS, M. e FERREIRA, A. C. \(2012\), "Marriage with Immigrants in Portugal", in KIM, D-S. \(ed.\), \*Cross-Border Marriage: Global Trends and Diversity\*. Seoul: KIHASA, pp. 321-356.](#)
- [RAMOS, M., GASPAS, S., e FERREIRA, A. C. \(2015\). "Padrões de exogamia em quatro grupos de imigrantes em Portugal \(2001 e 2011\)", \*Sociologia, Problemas e Práticas\*, 77, pp. 53-76.](#)
- [RODRÍGUEZ-GARCÍA, D. \(2006\), "Mixed marriages and transnational families in the intercultural context: A case study of African-Spanish couples in Catalonia", \*Journal of Ethnic and Migration Studies\*, 32\(3\), pp. 403-433.](#)
- [SAFI, M. \(2008\), "Inter-marriage et intégration: les disparités des taux d'exogamie des immigrés en France", \*Population\*, 63\(2\), pp. 267-298.](#)
- [SCHOEN, R., e THOMAS, B. \(1989\), "Intergroup marriage in Hawaii, 1969-1971 and 1979-1981", \*Sociological Perspectives\*, 32\(3\), pp. 365-382.](#)
- [SCHOEN, R., e WOOLDREDGE, J. \(1989\), "Marriage choices in North Carolina and Virginia, 1969-71 and 1979-81", \*Journal of Marriage and the Family\*, 51, pp. 465-481.](#)
- [TAMBURLINI, M. B. \(2016\). "Illegalization and Social Inequality in the Regulation of Marriage and Migration Control in Portugal" in GRASSI, M. e FERREIRA, T. \(eds.\), \*Mobility and Family in Transnational Space\*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, pp.31-54.](#)

#### Livros, monografias, relatórios e teses

- [DELGADO, A. e WALL, K. \(coord.\) \(2014\), \*Famílias nos Censos 2011. Diversidade e Mudança\*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística e Imprensa de Ciências Sociais.](#)
- [DIAS, P. e BENTO, A. \(2012\), \*A utilização indevida do direito ao reagrupamento familiar: Casamento de conveniência e falsas declarações de parentesco. O caso português\*. Rede Europeia das Migrações, Lisboa: SEF.](#)
- [FONSECA, M. L. \(coord.\) et al. \(2005\), \*Reunificação Familiar e Imigração em Portugal\*, Volume 15 da Coleção Estudos do Observatório das Migrações. Lisboa: ACM.](#)
- [GASPAS, S., FERREIRA, A. C. e RAMOS, M., \(2014\), \*Evolução e Padrões de Casamentos Binacionais em Portugal \(1988-2011\)\*. Relatório de pesquisa. Lisboa: CIES-IUL.](#)
- [GASPAS, S., FERREIRA, A., e RAMOS, M. \(2017\), \*Evolução e Perfis dos Divórcios em Casais Binacionais em Portugal \(1995-2013\)\*, Volume 61 da Coleção Estudos do Observatório das Migrações. Lisboa: ACM.](#)
- [LIND, W. \(2012\), \*Casais biculturais e monoculturais. Diferenças e recursos\*, Volume 28 da Coleção Teses do Observatório das Migrações. Lisboa, ACIDI.](#)
- [MARQUES, J. C., GÓIS, P., e CASTRO, J. M. \(2014\), \*Impacto das Políticas de Reagrupamento Familiar em Portugal\*, Volume 53 da Coleção Estudos do Observatório das Migrações. Lisboa: ACM.](#)
- [OLIVEIRA, C. R., CANCELA, J., e FONSECA, V. \(2013\), \*Family Reunification in Portugal: the law in practice\*. Relatório de Portugal para o Projeto Europeu "Family Reunification: a barrier or facilitator of integration?". Lisboa: ACIDI.](#)
- [RAPOSO, P. e TOGNI, P. C. \(2009\), \*Os fluxos matrimoniais transnacionais entre brasileiras e portuguesas: género e imigração\*, Volume 30 da Coleção de Estudos do Observatório das Migrações. Lisboa; ACIDI.](#)
- [TOGNI, P. \(2008\), \*Os fluxos matrimoniais transnacionais entre brasileiras e portuguesas: género e imigração\*, Tese de Mestrado, ISCTE.](#)
- [TORRES, A. C. \(1996\), \*Divórcio em Portugal. Ditos e interditos. Uma análise sociológica\*. Oeiras: Celta.](#)



[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) / [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt)

[TORRES, A. C. \(2001\), \*Sociologia do casamento. A família e a questão feminina\*. Oeiras: Celta.](#)

[TORRES, A. C. \(2002\), \*Casamento em Portugal. Uma análise sociológica\*. Oeiras: Celta.](#)

VARRO, G. (2003), *Sociologie de la mixité: de la mixité amoureuse aux mixités sociales et culturelles*. Paris: Belin.

VARRO, G. (dir.) (1995), *Les couples mixtes et leurs enfants en France et en Allemagne*. Paris: Armand Colin.



[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) / [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt)

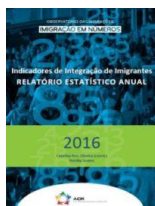
## 4. Nupcialidade e imigração nas coleções do OM

11

### Coleção Imigração em Números



**“Imigração e Demografia: Nupcialidade”,** in *Indicadores de Integração de Imigrantes*, Catarina Reis de Oliveira (coord.) e Natália Gomes, **Relatório Estatístico Anual 2017, Coleção Imigração em Números do OM, dezembro de 2017, pp. 71-73:** Neste Relatório Estatístico, as autoras sistematizam e analisam 235 indicadores de fontes nacionais e internacionais com dados estatísticos e administrativos, tendo como anos de referência 2015 e 2016, desenvolvendo com maior profundidade no capítulo 4.5. os aspetos relacionados com a nupcialidade entre estrangeiros, portugueses e entre cônjuges de várias nacionalidades (casamentos mistos). O relatório destaca que desde o início desta década se observa uma quebra no número de casamentos (-10,1%), observando-se que de um total de 32.399 casamentos registados em 2016, 84% foram entre cidadãos portugueses, 3,3% entre cidadãos com nacionalidade estrangeira e 12,7% correspondem a casamentos mistos, entre cônjuge português e cônjuge estrangeiro. As autoras realçam que para compreender estes dados é preciso atender à estrutura etária das populações residentes em Portugal, identificando-se que a maioria das nacionalidades estrangeiras residentes apresenta maior concentração de efetivos nas idades “matrimoniais”, por comparação aos portugueses. Este relatório pode ser encontrado [aqui](#).



**“Características sociodemográficas da população estrangeira: nupcialidade”,** in *Indicadores de Integração de Imigrantes*, Catarina Reis de Oliveira (coord.) e Natália Gomes, **Relatório Estatístico Anual 2016, Coleção Imigração em Números do OM, outubro de 2016, pp. 44-45:** No subcapítulo 1.7. deste primeiro relatório estatístico anual dos indicadores de integração de imigrantes, as autoras analisam os indicadores demográficos da nupcialidade em Portugal. O relatório destaca a quebra de crescimento da década anterior nos casamentos mistos (-14,9% entre 2011 e 2014) e entre portugueses (-12,9% para o mesmo período), identificando, porém, a subsistência da evolução no caso dos casamentos entre estrangeiros (+8,8% entre 2011 e 2014). O relatório analisa ainda de forma comparada a taxa de nupcialidade dos estrangeiros residentes em Portugal com a taxa de nupcialidade dos portugueses, verificando que a estrutura etária mais jovem e em idade ativa no caso dos estrangeiros induz a maiores taxas de nupcialidade: 16,3 casamentos em cada 1000 estrangeiros residentes com idades entre os 15 e os 49 anos, por comparação a 6,9 em cada 1000 portugueses para o mesmo intervalo de idades, em 2014. Este relatório pode ser encontrado [aqui](#).



[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) / [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt)



**“Nupcialidade e Núcleos Familiares”, in *Monitorizar a integração de Imigrantes em Portugal: Relatório Estatístico Decenal*, Catarina Reis de Oliveira (coord.) e Natália Gomes, Coleção Imigração em Números do OM, dezembro de 2014, pp. 58-62:** Neste Relatório Estatístico Decenal, as autoras sistematizam e analisam dados estatísticos e administrativos de fontes nacionais e internacionais para 12 dimensões analíticas, desenvolvendo com maior profundidade no capítulo dedicado aos indicadores demográficos, um subcapítulo 3.3. sobre a nupcialidade e os núcleos familiares. O relatório traça a tendência da evolução entre 2001 e 2012, retratando o aumento dos casamentos em que pelo menos um dos cônjuges é estrangeiro (+55,7%) e entre estrangeiros (+71,9%), contrastando com os casamentos entre portugueses que diminuíram substancialmente (-91,4%). Deve atender-se, porém, ao facto que o aumento destes casamentos resulta em parte do crescimento global da população estrangeira residente em Portugal e à estrutura etária da população de nacionalidade estrangeira. Ao atenuar estes fatores com o cálculo da taxa de nupcialidade as autoras concluem que em 2001 os níveis de nupcialidade de estrangeiros são inferiores aos dos portugueses e em 2011 a realidade inverte-se. O relatório salienta ainda a subida da importância relativa dos casamentos mistos (em que um dos cônjuges tem nacionalidade portuguesa e outro tem nacionalidade estrangeira) entre 2001 e 2011, não obstante a necessidade de uma leitura cautelosa destes dados. Este relatório pode ser encontrado [aqui](#).

### [Coleção Estudos OM](#)



***Evolução e Perfis dos Divórcios em Casais Binacionais em Portugal (1995-2013)*, Sofia Gaspar, Ana Cristina Ferreira e Madalena Ramos, Estudo OM 61, dezembro de 2017:** Este estudo teve como objetivo desenvolver uma análise sobre a evolução e os padrões do divórcio em casais binacionais (ou exogâmicos) em Portugal entre 1995 e 2013. Na origem do interesse pelos divórcios ocorridos no seio de casais binacionais está o facto das comunidades imigrantes em Portugal terem aumentado consideravelmente, sobretudo a partir dos anos 1990 do séc. XX, contribuindo para um crescimento muito expressivo dos casamentos entre indivíduos de distintas origens nacionais. De facto, os casamentos exogâmicos têm vindo a alterar as estruturas e as dinâmicas familiares e conjugais portuguesas, representando, tanto para a academia como para o público em geral, um tema central a ser explorado. Definiram-se os seguintes objetivos de estudo: 1) a análise da evolução dos divórcios binacionais em Portugal em casais constituídos por cônjuges portugueses e imigrantes; 2) a análise das características sociodemográficas dos cônjuges de



[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) / [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt)

forma a aferir uma possível existência de diferentes padrões de divórcios exogâmicos associados a grupos de nacionalidade distinta; 3) a análise dos discursos de casais binacionais divorciados para entender quais as principais motivações que estiveram na base quer da união quer da rutura conjugal; 4) a análise da existência de uma eventual relação entre divórcio e casamentos por conveniência, ou seja, a existência de casamentos celebrados para a obtenção da nacionalidade ou da autorização de residência no país; 5) a avaliação do contexto pós-divórcio do cônjuge imigrante em Portugal. Este estudo pode ser encontrado [aqui](#).



**Impacto das Políticas de Reagrupamento Familiar em Portugal, José Carlos Marques, Pedro Góis e Joana Morais e Castro, Estudo OM 53, abril de 2014:** O estudo sobre o impacto das políticas de reagrupamento familiar em Portugal procede à recolha e análise da informação disponível com o intuito de conhecer o impacto das políticas de reagrupamento familiar em Portugal. Na concretização deste objetivo utilizaram-se, sobretudo, técnicas de observação e análise documental que permitiram contribuir para a discussão dos conceitos relevantes para o presente estudo e para a análise do enquadramento político e legislativo da imigração em Portugal no decurso das últimas duas décadas. O estudo permite conhecer melhor o instituto do reagrupamento familiar, caracterizando a evolução estatística dos pedidos de concessão de reagrupamento familiar, os processos políticos, jurídicos e administrativos do reagrupamento familiar e apontando para as dificuldades experimentadas pelos imigrantes no processo de reagrupamento familiar. Este estudo pode ser encontrado [aqui](#).



**Fluxos Matrimoniais Transnacionais entre Brasileiras e Portugueses: Género e Imigração, Paulo Raposo e Paula Togni, Estudo OI 38, dezembro de 2009:** O estudo refere-se às formas de conjugalidade e papéis de género no contexto do aumento da presença de migrantes, sobretudo, de nacionalidade brasileira em Portugal e a sua crescente tendência a feminização. O estudo aprofunda o conhecimento acerca dos fluxos matrimoniais transnacionais entre brasileiras e portuguesas, destacando os determinantes deste fenómeno social ligados ao género (feminino), nacionalidade (brasileira) e conjugalidade (matrimónios). O aumento do número de matrimónios entre imigrantes e membros da sociedade de acolhimento foi o objeto de discussão do livro, o qual perpassa também pelos mais diversos temas de reflexão das ciências sociais, como as conceções de género, amor, intimidade, emancipação feminina, estruturas da vida familiar, migrações como também sobre novas tecnologias e as políticas públicas de Estado. Este estudo pode ser encontrado [aqui](#).



[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) / [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt)



**Reunificação Familiar e Imigração em Portugal, Maria Lucinda Fonseca (coord.), Meghann Ormond, Jorge Malheiros, Miguel Patrício e Filipa Martins, Estudo OI 15, outubro de 2005:** O estudo procurou avaliar a dimensão e caracterizar o processo de reunificação familiar em Portugal (reagrupamento efetivo), por tipo de reagrupamento (cônjuge, filhos, ascendentes e outros) e sua incidência nos diferentes grupos de imigrantes; uma avaliação prospetiva do reagrupamento familiar, a partir da modelização das tendências específicas verificadas em cada comunidade e da sua situação no processo migratório e analisar os impactos do reagrupamento familiar nos domínios demográfico, económico (fundamentalmente ao nível do mercado de trabalho), assimetrias regionais, relações interétnicas e conflitualidade social. Este estudo pode ser encontrado [aqui](#).

### [Coleção Teses OM](#)



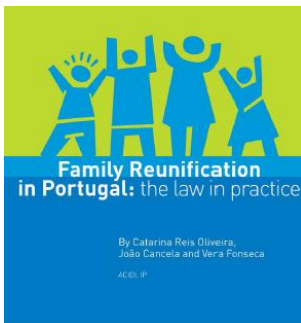
**Casais biculturais e monoculturais: diferenças e recursos, Wolfgang Lind, Tese OI 38, dezembro de 2012:** Apesar do aumento da prevalência de casais biculturais, existem escassos estudos empíricos sobre estes casais. Este estudo baseado em *focus groups* com 29 cônjuges de casais biculturais sugere que os rituais familiares e a língua/comunicação são considerados os temas mais pertinentes enquanto fatores protetores e fatores de risco. Procura-se verificar neste estudo: a) se os casais monoculturais diferem dos casais biculturais na satisfação conjugal e nos rituais familiares; b) que variáveis contribuem para a satisfação conjugal (fatores protetores); e c) como se processa a transmissão dos rituais familiares das famílias de origem. Os resultados sugerem que casais monoculturais e biculturais não diferem substancialmente na satisfação conjugal global. No entanto, os casais biculturais revelaram um maior grau de intimidade e também um maior grau de conflitos. Além disso, nos casais biculturais, verifica-se uma maior flexibilidade dos rituais familiares e culturais. O estudo identifica uma maior diferença nos rituais familiares e culturais para os casais biculturais que, no entanto, não constitui um fator de risco. Foi, ainda, registada uma maior ritualização e um maior significado atribuído aos rituais culturais como fatores protetores mais pertinentes para os casais monoculturais. Os fatores protetores identificados para os casais biculturais são: um maior significado atribuído aos rituais familiares, um maior acordo sobre a forma como se realizam os rituais familiares e culturais, e um maior domínio da língua materna do marido por parte da mulher. Os resultados apontam também para a existência de um papel preponderante da família de origem da mulher na transmissão dos rituais familiares. As diferenças encontradas entre cônjuges nativos e estrangeiros, independentemente do seu sexo, sugerem papéis assimétricos. Este estudo encontra-se disponível [aqui](#)



[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) / [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt)

## Relatórios OM para Projetos Internacionais

15



**Family Reunification in Portugal: the law in practice, Catarina Reis Oliveira (coord.), João Cancela and Vera Fonseca, Relatório de Portugal para o Projeto Europeu “Family Reunification: a barrier or facilitator of integration?”, Lisboa, ACIDI, março de 2013:** Este relatório retrata o enquadramento normativo sobre o reagrupamento familiar em Portugal e as suas variações ao longo do tempo – especialmente no que toca à sua aplicação a nacionais de países terceiros. Ao longo das últimas décadas, várias mudanças têm afetado o perfil migratório de Portugal: enquanto destino recente de imigração, o peso relativo do reagrupamento familiar no cômputo geral da entrada de cidadãos estrangeiros no território português não tem sido tão elevado como noutros países. O estudo retrata como Portugal tem agido neste domínio, o que resulta não só da necessidade de se adaptar à evolução do seu perfil migratório, mas também dos imperativos decorrentes da sua inserção no contexto comunitário. Vários estudos europeus comparativos têm elogiado a abordagem portuguesa no que toca ao reagrupamento familiar, nomeadamente alguns aspetos positivos da lei portuguesa que, nalguns casos, vai além das determinações do diploma europeu no sentido de facilitar o acesso ao reagrupamento. No âmbito deste projeto, a leitura dos sucessivos enquadramentos jurídicos foi complementada pela análise de dados quantitativos provenientes de diferentes fontes, assim como dos testemunhos de imigrantes, de representantes da sociedade civil ou de mediadores interculturais. Desta forma os autores procuraram obter uma imagem aproximada do modo como os textos legais têm sido postos em prática, dos problemas enfrentados pelos que atravessam este processo e do seu impacto na integração em Portugal. O estudo integral encontra-se disponível [aqui](#)





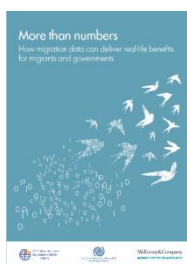
[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) / [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt)

## 5. Novidades editoriais sobre Migrações

### Dados e relatórios estatísticos:



**Infografias da Imigração, pelo OM:** Em janeiro de 2018 o Observatório das Migrações (OM), no âmbito da sua missão de informação e de sensibilização para os temas da imigração, lançou mais uma rubrica de comunicação estatística: “Infografias da Imigração” em: <http://www.om.acm.gov.pt/infografias>. A primeira Infografia OM é dedicada aos “Factos e Números da Imigração em Portugal”, retratando as principais tendências da integração dos imigrantes em Portugal identificadas no [Relatório Estatístico Anual Indicadores de Integração de Imigrantes 2017 \(Oliveira e Gomes, 2017\)](#), da Coleção *Imigração em Números* do Observatório das Migrações, lançado no passado dia 18 de dezembro, Dia Internacional dos Migrantes. Conheça esta infografia OM [aqui](#)



**Relatório OIM: “More than numbers - How migration data can deliver real-life benefits for migrants and governments”:** Este relatório lançado em 2018, publicado pelo Global Migration Data Analysis Centre (GMDAC) da OIM, em colaboração com McKinsey & Company, tem como objetivo incentivar os decisores políticos a colocarem os dados no centro do debate sobre imigração, na ótica de que o investimento em dados relevantes e fiáveis é crucial para enfrentar os desafios atuais. De acordo com o relatório, apesar do consenso generalizado sobre a importância dos dados para a gestão da imigração, a disponibilidade atual de dados sobre imigração é ainda muito limitada, pelo que é necessário sensibilizar os decisores políticos para a recolha, partilha e análise de dados, à escala mundial, regional e local, de forma a maximizar o potencial da imigração e a mitigar os seus riscos. De acordo com o relatório recomenda-se as seguintes estratégias de sistematização de dados sobre imigração:



[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) / [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt)

17

- Uma plataforma de suporte global que ajude as partes interessadas (nacionais e internacionais) a identificar, comparar e priorizar o potencial do valor dos dados recolhidos nos países, regiões e diferentes dimensões da imigração.
- Observatórios regionais de dados de imigração que criem intercâmbios entre várias fontes de dados entre fronteiras nacionais e incrementem a transparência das tendências regionais de imigração e a capacidade de apoiar decisões de políticas baseadas em evidências dentro de uma determinada região. A maioria das migrações ocorre dentro das regiões e, portanto, os países necessitam cooperar a nível regional para gerir a imigração.
- Cada país necessita de apoio à capacitação de modo a assumir uma perspetiva orientada para o valor no que respeita aos dados da imigração e a ser capaz de desenvolver estratégias de dados de imigração nacionais focadas e orientadas para os resultados.

Este relatório encontra-se disponível em livre acesso [aqui](#).



**Relatório OCDE: “How Immigrants Contribute to Developing Countries' Economies”:** Este relatório de janeiro de 2018, promovido pela OCDE, é o resultado do projeto Assessing the Economic Contribution of Labour Migration in Developing Countries as Countries of Destination, levado a cabo pelo Centro de Desenvolvimento da OCDE e a Organização Internacional do Trabalho, com o apoio da União Europeia. O relatório sintetiza as conclusões do projeto, realizado entre 2014 e 2018 em dez países (Argentina, Costa Rica, Costa do Marfim, República Dominicana, Gana, Quirguistão, Nepal, Ruanda, África do Sul e Tailândia), fazendo uma análise do contexto global, fornecendo evidências do impacto da imigração laboral no desenvolvimento dos países de acolhimento e apresentando as principais recomendações de políticas a desenvolver. De acordo com o estudo, que teve por base métodos quantitativos e qualitativos, destacam-se três grandes dimensões de contributo económico dos imigrantes para os países em desenvolvimento: o mercado de trabalho, o crescimento económico e as finanças públicas. O estudo revela que, embora o impacto da imigração nas economias dos dez países parceiros seja limitado, as políticas públicas podem ter um papel-chave no reforçar do seu contributo para o desenvolvimento dos países de acolhimento. Em muitos dos países em desenvolvimento, presta-se excessiva atenção às políticas que maximizam o impacto positivo da emigração, em detrimento da imigração. No entanto, refere o relatório, excluir a imigração das estratégias de desenvolvimento pode representar oportunidades perdidas para os países de acolhimento. De acordo com o estudo há cinco prioridades de política a considerar pelos países de imigração, concretamente:

- Adaptar as políticas migratórias às necessidades do mercado de trabalho;
- Potenciar o impacto da imigração na economia;
- Proteger os direitos dos imigrantes e combater a discriminação;
- Investir na integração dos imigrantes;
- Melhorar a monitorização do impacto económico da imigração.

O relatório encontra-se disponível [aqui](#).



[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) / [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt)



**Estudo OCDE: “How’s Life? 2017 – Measuring Well-being”:** Este relatório lançado em 2017 centrou-se no estudo do bem-estar das populações (entre as quais migrantes residentes) em 35 países da OCDE e 6 países parceiros (Brasil, Colômbia, Costa Rica, Lituânia, Federação da Rússia e África do Sul). O estudo integra 50 indicadores, abrangendo quer os resultados atuais do bem-estar quanto os recursos para o bem-estar futuro, que retratam mudanças desde 2005. O relatório apresenta divisões de acordo com a idade, género e educação, e revela bolsas de desigualdade em todos os países da OCDE, realçando muitas desvantagens relativas ao bem-estar que os migrantes enfrentam ao se adaptarem à vida noutro país. Por comparação a outros países da OCDE, Portugal tem um desempenho misto nas diferentes dimensões do bem-estar. No que respeita aos imigrantes, de acordo com este relatório, menos de uma em cada dez pessoas que vivem em Portugal (8%) nasceram noutros países, valor que se encontra abaixo da média da OCDE (13%) e 53% delas são mulheres (51% para a média da OCDE). Os imigrantes em Portugal concentram-se mais nas idades ativas do que na generalidade da OCDE (86% deles têm entre 15 e 64 anos, em comparação com 76% em toda a OCDE) e têm mais frequentemente uma baixa escolaridade do que um nível intermédio ou superior. Quase quatro em cada cinco migrantes chegaram a Portugal há dez anos ou mais. Em comparação com as populações imigrantes de outros países da OCDE, os imigrantes que vivem em Portugal têm uma situação relativamente boa em relação à pobreza, ao emprego, à sobrequalificação, à pobreza no trabalho, ao horário de trabalho atípico e ao desempenho no PISA. Além disso, os imigrantes estabelecidos em Portugal posicionam-se no terço médio dos migrantes em países da OCDE no que respeita à sua saúde percecionada. Encontram-se no terço inferior para 10 dos 17 indicadores de bem-estar estudados. Como em muitos outros países da OCDE, os imigrantes em Portugal tendem a apresentar menores resultados de bem-estar do que a população nativa: em Portugal, este é o caso em 5 dos 12 indicadores de bem-estar estudados. No entanto, os imigrantes em Portugal relatam a mesma situação que os nativos em termos de riqueza, horas de trabalho atípicas, segurança percecionada, satisfação de vida e sentimento de depressão. Os imigrantes reportam níveis mais elevados de saúde percecionada e confiança no sistema político do que os nativos. Este relatório encontra-se disponível em livre acesso [aqui](#)

### Artigos científicos:



**Revista REMHU: “Migrações no Mediterrâneo: entre fronteiras e acolhimento”:** Encontra-se disponível *online* o número 51, do volume 25, da Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, REMHU, publicado



[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) / [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt)

em dezembro de 2017. Neste número da revista, dedicado ao tema “Migrações no Mediterrâneo: entre fronteiras e acolhimento”, consta um dossier alargado, integrando as várias dimensões da crise dos refugiados na Europa e a análise do caso português, por Beatriz Padilla e Alejandro Goldberg, com o artigo “Dimensiones reales y simbólicas de la “crisis de refugiados” en Europa: un análisis crítico desde Portugal”, “A política de acolhimento de refugiados – considerações sobre o caso Português”, por Bruno Ferreira Costa e Géssica Teles, uma abordagem aos "corredores humanitários" e o papel da sociedade civil nas políticas de refúgio e migração regular, o problema dos menores não acompanhados, a representação da crise dos refugiados na imprensa alemã, com o caso de Aylan Kurdi, e a questão da segurança no contexto de fronteiras em movimento, incluindo diversos artigos que abordam um centro francês humanitário, prestadores de saúde dedicados a mulheres migrantes bolivianas em Mendoza, na Argentina, a Bíblia e a Pastoral da Mobilidade Humana e um artigo sobre o debate das migrações internacionais e o desenvolvimento, bem como uma reflexão sobre um trabalho de campo na fronteira de Ressano Garcia, em Moçambique. O nº 51 da Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana encontra-se em livre acesso [neste endereço](#).



**Artigo científico: “Integrating superdiversity in urban governance: the case of inner-city Lisbon”:** Neste artigo científico publicado no volume 45, número 4, da revista *Policy & Politics*, em outubro de 2017, Nuno Oliveira e Beatriz Padilla analisam o modo como a gestão urbana recorreu a uma combinação de políticas de desenvolvimento económico e cultural para incorporar a “superdiversidade” resultante da imigração. A Mouraria, um bairro de Lisboa, foi estudada como local onde as estratégias urbanas acomodam diversidades antigas e recentes de modo a produzir uma impressão cosmopolita que vai de par com uma abordagem baseada no conceito de “vantagem na diversidade”. Foram identificadas três estratégias que contribuem para a gestão urbana: a “desetnização” da “superdiversidade” e políticas de crescimento urbano, a estetização da diversidade e o racional da convivência, e o marketing do lugar e a criação marca da cidade. Os autores consideram que a gestão urbana num bairro “superdiverso” cultural pressupõe políticas de desenvolvimento económico e criação de mercado que incorporem a diversidade cultural a partir de uma perspetiva “desetnizada”. Mais informações sobre o artigo estão disponíveis [aqui](#).



**Policy brief: “Are migrants and refugees a ‘vulnerable group’ in the context of human trafficking?”:** Neste artigo científico publicado pelo *International Centre for Migration Policy Development* (ICMPD), no âmbito do Dia Europeu contra o Tráfico de Seres Humanos, 18 de outubro (2017), Claire Healy, analisa as ligações entre migração, asilo e tráfico de seres humanos, alertando para a importância da distinção entre tráfico de



[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) / [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt)

seres humanos e contrabando de migrantes e a abordagem das vulnerabilidades de migrantes e refugiados em contexto de tráfico. De acordo com a autora, no âmbito dos complexos fluxos de migração mista para a União Europeia, nos últimos anos, a clareza de conceitos, o conhecimento aprofundado da temática e a implementação de respostas adequadas são fundamentais. Este artigo encontra-se [aqui](#) em acesso livre.



**“Nota acerca do Seminário Internacional Como apoiar pessoas refugiadas: abordagens e iniciativas de trabalho voluntário na Europa, Lisboa, 9 de junho de 2017”:** Neste artigo científico publicado no volume 31 da revista *Fórum Sociológico*, em dezembro de 2017, Vicente Valentim, Inês Vieira e Christine Auer abordam os principais pontos em debate no Seminário Internacional “Como apoiar pessoas refugiadas: abordagens e iniciativas de trabalho voluntário na Europa”, realizado, no dia 9 de junho de 2017, pela Fundação Friedrich Ebert Portugal, em conjunto com a European Alternatives, no Goethe-Institut, em Lisboa. De acordo com os autores “este relatório tem como objetivo sumariar os principais pontos discutidos, que são do interesse geral não só para compreender o atual debate em torno da questão em Portugal, mas também para estimular o trabalho voluntário e a reflexividade em torno do tema. O evento incluiu duas mesas-redondas e um *world café*, com discussões em pequenos grupos. Os autores participaram no evento como organizadores e dinamizadores.” Este artigo encontra-se disponível em acesso livre [aqui](#).

#### Teses de mestrado e doutoramento:

**Tese de Doutoramento: “Problemas sociais complexos e governação integrada: contributos para um modelo de governação integrada a partir de estudos de caso sobre o Centro Nacional de Apoio ao Imigrante e a Comissão de Crianças e Jovens da Amadora”, Rui Marques (2017):** Encontra-se disponível no repositório *online* do Instituto Superior de Economia e Gestão – ISEG, a tese de doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações de Rui Marques, defendida em 2017, sob orientação de Ilona Kovács. Neste trabalho é assumida como pergunta de partida “Qual o modelo organizacional adequado face a problemas sociais complexos?”, procurando, desde logo, “compreender melhor a abordagem a problemas sociais complexos, como a integração de imigrantes”. O modelo de análise teve como ponto de partida o conceito de “problema social complexo” e como “lente teórica” a Teoria da Vantagem Colaborativa, no âmbito das Relações Interorganizacionais. No centro deste modelo teórico estão as alternativas de modelos organizacionais, entre os quais se destaca o que adiante se designará por “governação integrada”, em contraste com a burocracia e a “nova gestão pública”. A abordagem metodológica seguida foi de natureza qualitativa, nomeadamente através de dois estudos de caso, entre os quais o Centro Nacional de Apoio ao Imigrante. Utilizou-se a técnica de entrevista semidiretiva (tendo sido realizadas trinta e cinco entrevistas e feita a respetiva análise de conteúdo), e as análises documental e de imprensa (destacando-se, neste caso, a análise de conteúdo de notícias publicadas num jornal de referência sobre os objetos de estudo). Do trabalho realizado conclui-se que, para a gestão de problemas



[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) / [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt)

complexos, a governação integrada, entendida como construção, manutenção e desenvolvimento de relações interorganizacionais de colaboração é um modelo eficaz e eficiente. Não se ignora, porém, as suas fragilidades intrínsecas e as dificuldades no seu desenvolvimento. De igual forma, a partir da revisão de literatura e dos estudos de caso, procurou-se compreender quais os fatores críticos de sucesso para uma governação integrada, olhando com particular atenção para o modelo de liderança, para a participação das partes interessadas, para a comunicação e para a monitorização/avaliação e, resultando da interação de todos eles, para a geração ou dissipação de confiança. Com o objetivo de aprofundar o modelo de análise inicial, é apresentada uma proposta de Matriz GovInt para abordagem a este modelo organizacional e um conjunto de princípios gerais para o desenvolvimento de governação integrada, inspirado na dinâmica dos sistemas complexos adaptativos.” A tese de doutoramento de Rui Marques pode ser encontrada [aqui](#).

**Tese de Doutoramento: “Os processos de regularização de imigrantes realizados em Portugal: que avaliação?”**, Vera Sampaio (2017): Encontra-se disponível no repositório *online* do Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE-IUL, a tese de doutoramento em Políticas Públicas, de Vera de Sampaio, defendida em 2017, sob orientação de Beatriz Padilla. “A presente tese em Políticas Públicas aborda as políticas de imigração adotadas em Portugal, tendo como problemática central os processos de regularização de imigrantes. Sendo os processos de governação influenciados pelo contexto institucional, político, económico e social que caracteriza o país a cada momento, esta tese procura determinar quais os fatores que influenciaram a formulação e implementação dos processos de regularização de imigrantes, bem como compreender o papel desempenhado pelos diferentes atores que neles participaram. A hipótese central da investigação parte da natureza sensível do tema, que terá condicionado os decisores na escolha das medidas a adotar. Nesse contexto, os governos afastariam os programas de regularização de imigrantes, consagrando mecanismos de regularização permanente aplicáveis caso a caso de acordo com os interesses políticos, económicos e sociais de cada momento, confiando a gestão dessas adaptações ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Os objetivos da investigação convocam uma estratégia metodológica que combine diferentes metodologias de investigação e técnicas de recolha de informação. Em primeiro lugar, procede-se a uma recolha bibliográfica sobre o tema das políticas de imigração, com especial ênfase nos processos de regularização de imigrantes. De seguida, incorpora-se uma análise documental de legislação, para traçar a evolução das políticas de imigração adotadas no país. Num terceiro momento, procede-se a uma análise de índole quantitativa relativa à população estrangeira residente legal e ao número de beneficiários dos processos de regularização. Numa última fase, realizam-se entrevistas a decisores políticos e dirigentes da administração que participaram na formulação e implementação dessas medidas de política.” A tese de doutoramento de Vera Sampaio pode ser encontrada [aqui](#).

**Dissertação de Mestrado: “Políticas de acolhimento de refugiados recolocados em Portugal”**, de Mário Ribeiro (2017): Esta dissertação de Mestrado em Sociologia, concluída por Mário Ribeiro, em 2017, no Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE-IUL, encontra-se disponível *online* no repositório daquela instituição. Este estudo exploratório tem como objetivo analisar as políticas de acolhimento de refugiados recolocados em Portugal, relativamente a dimensões como a habitação, saúde, aprendizagem da língua portuguesa e inserção no mercado de trabalho. Pretende-se compreender como decorre o acolhimento de refugiados vindos dos *hotspots* de Itália e Grécia, ao abrigo do Programa de Recolocação do Estado Português, analisando os diferentes indicadores que nos permitem perceber como decorre o programa de acolhimento e como promove a integração dos refugiados. Este estudo de carácter qualitativo foi





[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) / [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt)

desenvolvido através da observação participante, em Lisboa e Portimão, junto das diferentes entidades de acolhimento, através de entrevistas realizadas com os seus responsáveis, entre março e maio de 2017. Os resultados apontam para a necessidade de promover o acesso ao trabalho, à formação e à aprendizagem da língua portuguesa por parte dos refugiados após a sua chegada, de modo a facilitar a integração desde o primeiro momento, sendo assim necessárias políticas que facilitem o acesso à aprendizagem da língua, à validação de competências e acesso ao mercado de trabalho, tendo como objetivo uma integração efetiva no final do programa de acolhimento. Outro dos resultados deste trabalho aponta para a necessidade de melhorar a comunicação na administração pública, para que a informação existente nos serviços de atendimento ao público seja prestada de forma igual, independentemente do local de acolhimento e, para que não existam bloqueios na integração originados pelos serviços do Estado. Esta tese encontra-se disponível em livre acesso [aqui](#).

**Dissertação de Mestrado: “O acolhimento e a inserção de refugiados em Portugal: procedimentos e práticas de intervenção”, Sabrina Carvalho (2017):** Esta dissertação de Mestrado em Serviço Social, concluída em 2017 na Escola de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, encontra-se disponível *online* no repositório daquela instituição. Através da abordagem de vários casos do norte de Portugal, o presente estudo evidencia um significativo conjunto de especificidades quanto aos processos de intervenção social no quadro do programa europeu de recolocação de refugiados. O trabalho propõe-se analisar o modo como, “localmente, as estruturas institucionais de acolhimento disponibilizam as suas respostas em articulação com a Plataforma de Apoio aos Refugiados e com o Conselho Português para os Refugiados, as principais organizações nacionais de coordenação e encaminhamento. A explicitação e compreensão dos procedimentos e das práticas de intervenção das organizações que lidam diariamente, no terreno, com os refugiados desde que chegam a território nacional, constitui o objetivo central deste estudo. Paralelamente, procura-se identificar percursos de diáspora, sinalizar as políticas e os itinerários institucionais e mapear a arquitetura legislativa que regula o processo de acolhimento e integração dos refugiados. Assinalar as características internas do processo de acolhimento em Portugal, ou seja, os procedimentos e práticas de intervenção dos respetivos dispositivos de apoio social acompanhados, constitui, também, um dos objetivos do estudo. Procura-se, portanto, identificar e compreender as condições técnicas e institucionais para o acolhimento; os procedimentos efetivados aquando da receção, acolhimento e integração; e ainda a intervenção institucional perante os diferentes perfis de refugiados. São apresentados, neste seguimento, os papéis dos técnicos institucionais neste processo, em particular, o papel dos assistentes sociais. Em simultâneo são caracterizados, ainda que sucintamente, os quotidianos e as rotinas dos refugiados durante o processo de acolhimento e integração. Remete-se também para algumas limitações, efeitos perversos e/ou constrangimentos no âmbito dos processos de intervenção. O estudo reflete ainda, criticamente, sobre os quadros políticos no campo do asilo e das migrações no espaço Schengen e sobre a sua relação com as estruturas técnicas e institucionais existentes no terreno na União Europeia.” Esta tese encontra-se disponível em livre acesso [aqui](#).





[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) / [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt)

## 6. Oportunidades para investigadores



**Chamada para artigos científicos da Revista Migrações do OM, Número Temático “Afrodescendentes em Portugal”:** O Observatório das Migrações tem aberto até ao dia 21 de maio de 2018 (Dia Mundial para a Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento), um período para apresentação de artigos científicos para a [Revista Migrações](#), dedicada ao tema "Afrodescendentes em Portugal", para assinalar a *Década Internacional dos Afrodescendentes 2015-2024*". Os interessados devem propor artigos originais sobre um dos seguintes subtemas ou dimensões de estudo:

- Afrodescendentes: conceitos, categorias e dimensões analíticas
- Afrodescendentes na História
- Afrodescendentes em Portugal e o estado da arte: o que sabemos e o que desconhecemos?
- Desafios com categorias raciais e étnicas e dilemas estatísticos?
- Afrodescendentes e integração escolar
- Afrodescendentes e integração no mercado de trabalho
- Afrodescendentes, habitação e condições de vida
- Afrodescendentes e saúde
- Afrodescendentes, direitos políticos e integração política
- Afrodescendentes no quadro jurídico e dos direitos humanos
- Afrodescendentes, nacionalidade e cidadania
- Afrodescendentes, associativismo, ativismo e o papel da sociedade civil
- Afrodescendentes, criminalidade e justiça
- Afrodescendentes, racismo e discriminação de base racial e étnica
- Afrodescendentes e as questões de género
- Afrodescendentes nos media e perceções sociais

O edital deste *call* encontra-se disponível [aqui](#), estando previsto o prémio de dois mil euros para o melhor artigo científico proposto e a publicação dos 10 melhores artigos científicos neste volume especial da Revista Migrações em 2018.

Os interessados deverão conhecer ainda as regras de apresentação de artigos da Revista Migrações em <http://www.om.acm.gov.pt/-/apresentacao-de-originais>



[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) / [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt)



**Chamada para Candidaturas à “ Edição de Teses de Mestrado e Doutoramento na Coleção de Teses OM”:**

No âmbito da edição de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutoramento da coleção TESES do OM, encontra-se disponível *online* o [edital](#) em vigor para 2018. As obras candidatas deverão enquadrar-se numa das seguintes áreas temáticas prioritárias:

- Refugiados
- Imigração e saúde
- Imigração e envelhecimento
- Imigração e línguas
- Descendentes de imigrantes
- Mulheres imigrantes
- Imigração e diversidade religiosa
- Discriminação de base racial e étnica

Mais informações disponíveis [aqui](#).



**Chamada para comunicações: “X Congresso Português de Sociologia”:** No âmbito do X Congresso Português de Sociologia, subordinado ao tema “Na era da pós-verdade? Esfera pública, cidadania e qualidade da democracia no Portugal contemporâneo”, foi alargado até ao dia 11 de fevereiro de 2018 o período para submissão de comunicações, nomeadamente na área temática “[Migrações, Etnicidade e Racismo](#)”, coordenada por Pedro Góis (FE- CES/UC), José Carlos Laranjo Marques (IPL - CICS.NOVA) e João Peixoto (ISEG –UL), sobre um dos seguintes temas:



[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) / [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt)

- Migrações internacionais contemporâneas
- Migrações de (e para) a União Europeia
- Emigração e imigração em Portugal
- Refugiados
- Migrações, media e opinião pública
- Migrações ambientalmente induzidas
- Integração e cidadania
- Etnicidade(s) e identidade(s)
- Transnacionalismo
- Xenofobia e racismo(s)

Serão particularmente consideradas comunicações que apresentem e discutam sociologicamente dados empíricos recentes, quer quantitativos, quer qualitativos. Os resumos devem ser organizados com as secções: objetivos, métodos, resultados e conclusões, devendo ter, no máximo, 2500 (sem espaços). Este Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia (APS), decorrerá entre 10 e 12 de julho de 2018, na Universidade da Beira Interior. As regras e prazos a considerar para a submissão dos resumos, assim como mais informações sobre o X Congresso Português de Sociologia estão disponíveis [neste endereço](#).



**3.ª Chamada para artigos: “Revista da Associação Portuguesa de Estudos Europeus”:** Encontra-se aberto até ao dia 15 de março de 2018, o 3.º Call for Papers da Análise Europeia - Revista da Associação Portuguesa de Estudos Europeus. Entre as áreas temáticas em que é possível candidatar artigos encontra-se o tema da "Demografia e Movimentos Migratórios na Europa". Todos os artigos devem ser originais e oferecer um contributo relevante para o conhecimento na área dos Estudos Europeus. Os artigos não devem ultrapassar os 50 000 caracteres (sem espaços) e devem respeitar as normas de publicação, podendo ser redigidos em português ou inglês. A [submissão de artigos](#) é gratuita, sendo a sua seleção baseada em critérios científicos, de acordo com o Processo de Revisão por Pares. Mais informações podem ser consultadas [aqui](#) e/ou solicitadas através do [seguinte endereço](#).



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt



**Concurso: “Doctoral and Postdoctoral Researchers (Max Planck Institute for the Study of Religious and Ethnic Diversity)”:** O Max Planck Institute for the Study of Religious and Ethnic Diversity, através do Department for Socio-Cultural Diversity, convida à apresentação de candidaturas para investigadores de doutoramento e pós-doutoramento (até quatro cargos), até ao dia 2 de março de 2018. Os candidatos aos referidos lugares deverão ser detentores de licenciatura em antropologia, sociologia, ciência política, geografia ou de outra ciência social relevante. Os temas de investigação, experiências e publicações dos candidatos devem estar relacionados com as áreas temáticas do Department for Socio-Cultural Diversity (<http://www.mmg.mpg.de/>). Os interessados deverão consultar os requisitos de candidatura e demais condições de admissão [neste endereço](#), devendo incluir uma carta de apresentação para a posição solicitada, a descrição do seu percurso e interesses de carreira, CV, um breve esboço do projeto de investigação proposto e os nomes e contacto de três potenciais avaliadores. As candidaturas devem ser submetidas eletronicamente, devendo os candidatos a doutoramento submeter a sua candidatura [aqui](#) e os candidatos a pós-doutoramento candidatar-se através [deste endereço](#).



**Inscrições abertas: “The Migration Conference 2018”:** A Universidade de Lisboa promove, entre 26 e 28 de junho, em Lisboa, a [Conferência Migrações 2018](#). A Conferência pretende constituir um fórum de discussão entre peritos, jovens investigadores, estudantes, profissionais e decisores políticos na área das migrações, integrando cerca de 100 sessões paralelas centradas nas migrações, populações migrantes, diásporas, políticas de imigração, bem como sobre os não migrantes e o maior impacto da mobilidade humana. O programa científico da conferência incluirá debates, apresentações orais, apresentações de posters e workshops, contando entre os principais convidados, com a participação de Douglas Massey, Saskia Sassen, Oded Stark, Giuseppe Sciortino, Caroline Brettell, Barry Chiswick e Karen Phalet. O encontro que constitui a 6.ª edição das The Migration Conferences (TMC) é coorganizado pelo Ibrahim Sirkeci (Universidade Regente), Jeffrey Cohen (Universidade Estadual de Ohio), Philip Martin (Universidade da Califórnia, Davis), Gudrun Biffl (Universidade do Danúbio, Krems), contando em Portugal com o ISEG, Universidade de Lisboa



[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) / [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt)

(João Peixoto) e o IGOT, Universidade de Lisboa (Maria Lucinda Fonseca), como entidades anfitriãs. Os interessados em participar na conferência deverão inscrever-se a partir do dia 15 de abril [neste endereço](#). Mais informações sobre a conferência disponíveis [aqui](#).